

# Brambles

## Política de Transações de Valores

**Brambles Limited**

Revisão: 1 de janeiro de 2020

Versão 2.0

## **POLÍTICA DE TRANSAÇÕES DE VALORES**

**Esta Política usa diversos termos definidos, que começam com maiúsculas quando são utilizados. As definições são apresentadas na secção 7, no final desta Política.**

### **1. Introdução**

Os diretores e funcionários são encorajados a serem acionistas da Brambles a longo prazo. Como a Brambles está cotada na ASX (o que significa que as suas ações são vendidas publicamente nessa bolsa de valores), é importante que se tenha cuidado com a escolha do momento para as Transações de ações da Brambles ou de quaisquer outros Títulos da Brambles.

Este documento estabelece a política da Brambles em relação às Transações de Títulos da Brambles e de Títulos de outras empresas por parte de "Pessoas Designadas". A finalidade desta política é:

- (a) ajudar as pessoas a evitar operações conhecidas como de "informação privilegiada" (ou "transações privilegiadas"); e
- (b) proteger a Brambles contra deduções impróprias potencialmente prejudiciais de que os seus funcionários seniores e o seu pessoal se tenham envolvido em atividade ilegal, ou agindo para seu benefício pessoal usando informação não disponível ao público.

Por estes motivos, esta Política ultrapassa em alguns aspetos os requisitos legais rigorosos tanto na Austrália.

Esta Política inclui:

- (a) regras que têm de ser seguidas pelas Pessoas Designadas que queiram Negociar em Valores Mobiliários da Brambles, incluindo um processo obrigatório de pré-aprovação;
- (b) uma proibição de Transacionar Títulos de outra empresa por parte de Pessoas Designadas quando a Pessoa Designada em causa tiver informações relativas a essa empresa, suscetíveis de influenciar os preços, que não estejam disponíveis para o público em geral; e
- (c) uma ideia geral das leis referentes às operações de informação privilegiada na Austrália. Este resumo não pretende abranger todas as leis nesta área, e é fornecido apenas como material de referência.

**A BRAMBLES CONSIDERA A CONFORMIDADE COM ESTA POLÍTICA UM ASSUNTO SÉRIO. UMA INFRAÇÃO DESTA POLÍTICA POR QUALQUER FUNCIONÁRIO SERÁ CONSIDERADA COMO UMA INFRAÇÃO DAS SUAS CONDIÇÕES DE EMPREGO E PODERÁ RESULTAR EM DEMISSÃO.**

Se tiver alguma dúvida sobre a operação desta Política, deve contactar o Responsável pelo Departamento Legal e Secretário de Administração do Grupo.

### **2. Regras para Operações com Valores da Brambles**

#### **2.1 Pessoas Designadas**

Esta Política aplica-se às seguintes pessoas:

- (a) os Diretores e o Responsável pelo Departamento Legal e Secretário de Administração do Grupo da Brambles;
- (b) qualquer pessoa que tenha deixado de ser um Diretor Executivo, mas que continue a ser funcionário do Grupo;

- (c) membros da Equipa de Liderança Executiva da Brambles e seus associados diretos;
- (d) todos os funcionários com um cargo de Nível 4 (nível de diretor) ou superior;
- (e) todos os funcionários da Sede da Brambles em Londres ou Sydney;
- (f) qualquer outra pessoa que seja notificada e que está sujeita a esta Política pelo Diretor Executivo da Brambles ou membro relevante da Equipa de Liderança Executiva da Brambles, ou pelo Responsável pelo Departamento Legal e Secretário de Administração do Grupo; e
- (g) em relação a qualquer pessoa de (a) a (f) acima, mas sujeita ao parágrafo 2.7:
  - (i) seu esposo/a;
  - (ii) qualquer dos seus filhos (incluindo enteados), menores de 18 anos;
  - (iii) seu representante, incluindo gestor de investimentos gerindo em seu nome;
  - (iv) um consórcio do qual ela, algum membro da sua família, ou alguma empresa controlada pela família, sejam o depositário ou beneficiário;
  - (v) uma pessoa em parceria com ela ou com qualquer pessoa relacionada a ela mencionada de (i) a (iii) acima (agindo nesta sua capacidade); e
  - (vi) uma empresa que ela ou sua família controlam. Estas pessoas são referidas nesta Política como **Pessoas Designadas**.

Os nomes e endereços das Pessoas Designadas serão fornecidos no registo de ações da Brambles regularmente, a fim de investigar a conformidade com esta Política e com a proibição de utilização de informações privilegiadas.

### 2.2 Regras Gerais

As Pessoas Designadas não devem Transacionar Títulos da Brambles quando possuírem informações relativas à Brambles, suscetíveis de influenciar os preços, que não estejam disponíveis para o público em geral. (As circunstâncias para determinar quando é que as informações estão disponíveis para o público em geral são descritas no último parágrafo da secção 5.1 desta Política.)

As Pessoas Designadas não serão autorizadas a Transacionar Títulos da Brambles, de acordo com a secção 3 desta Política, quando existirem informações suscetíveis de influenciar os preços relativas a uma questão que não esteja disponível para o público em geral, mesmo que não estejam cientes disso.

As Pessoas Designadas não podem Dar Informações Confidenciais (ver parágrafo 5.1(b)(iii) abaixo) a outras relativamente aos Títulos da Brambles ou aos títulos de qualquer outra entidade, em qualquer momento.

### 2.3 Não aos Negócios de curto prazo de ações da Brambles

As Pessoas Designadas não se podem envolver em negócios especulativos de curto prazo de Títulos da Brambles. Têm de deter Títulos da Brambles durante um prazo mínimo de 30 dias. Isto não se aplica a qualquer venda de Títulos da Brambles adquiridos em resultado de uma concessão de um Prémio nos 30 dias a contar dessa concessão, quando tiver sido obtida autorização para essa venda ao abrigo da secção 3 desta Política.

### 2.4 Derivativos

As Pessoas Designadas não devem negociar em Derivativos da Brambles.

Isto aplica-se aos Valores da Brambles consistindo em Concessões. O que significa que as Pessoas Designadas não devem entrar em negociações envolvendo informação confidencial ou adquirir produtos financeiros (tais como troca de ações, capitais ou outros produtos sujeitos a informação confidencial) em relação a Concessões investidos ao abrigo desses planos que tenham o efeito de reduzir ou limitar a exposição aos riscos associados ao valor de mercado das Ações da Brambles.

### 2.5 Concessão de Interesses de Valores sobre as Ações da Brambles

Uma Pessoa Designada não deve conceder um Interesse de Valor referente a qualquer Valor da Brambles que detêm.

Um exemplo comum de uma situação à qual este parágrafo seria aplicável é um empréstimo de margem. Geralmente, um empréstimo de margem é aquele em que o dinheiro é emprestado a fim de permitir que a pessoa que pede o empréstimo adquira ações ou outros valores. A garantia para este empréstimo são as ações ou valores mobiliários comprados e, às vezes, outras ações detidas pela pessoa pedindo o empréstimo.

A maioria dos empréstimos de margem dão ao prestador o direito de vender as ações às quais o empréstimo está sujeito em certas circunstâncias especificadas sem obter o consentimento nem notificar de outro modo a pessoa que pediu o empréstimo. Às vezes, este direito pode ser exercido 24 horas após o surgimento das circunstâncias especificadas.

Se uma Pessoa Designada pedir um empréstimo de margem e a garantia para este empréstimo tiver incluído Valores da Brambles, o prestador pode vender ou de outro modo Negociar estes Valores. Isto aconteceria, apesar de, na altura relevante, poder existir um Período Fechado ou a Pessoa Designada estar em posse de informações suscetíveis de influenciar os preços relacionadas com a Brambles que não estejam disponíveis para o público em geral. Isto poderia ocasionar uma infração desta Diretriz pela Pessoa Designada.

Se bem que os empréstimos de margem são uma situação comum em que Interesses de Valores referentes às ações da Brambles possam ser concedidos, este parágrafo aplica-se a qualquer Interesse de Valores referente aos Valores da Brambles. As Pessoas Designadas podem, mesmo assim, adquirir Valores da Brambles através de um empréstimo de margem ou outro investimento se os Valores da Brambles não forem usados como garantia para esse empréstimo.

### 2.6 Quando posso negociar em Valores da Brambles?

O único momento apropriado para uma Pessoa Designada Transacionar Títulos da Brambles ocorre quando não houver informações suscetíveis de influenciar os preços que não estejam disponíveis para o público em geral, quer a Pessoa Designada esteja ciente da informação ou não.

Para além desta regra geral, as Pessoas Designadas não têm autorização para Transacionar Títulos da Brambles durante o período que se inicia no sétimo dia antes do final do período de relato financeiro relevante e que termina no primeiro dia após o anúncio preliminar dos resultados semestrais ou anuais (ou seja, de 24 de dezembro até ao dia após o anúncio dos resultados semestrais, em meados de fevereiro, e de 23 de junho até ao dia após o anúncio dos resultados anuais, meados de agosto) (**“Período Fechado”**).

A Brambles pode impor outros períodos nos quais as Pessoas Designadas estão proibidas de transacionar porque poderão existir informações suscetíveis de influenciar preços relacionadas com alguma questão que não esteja disponível para o público em geral. Os períodos designados para isso e os Períodos Fechados são coletivamente denominados de **“Períodos Proibidos”**.

### 2.7 Exceções à regra geral

Esta Política não se aplica às seguintes circunstâncias:

- (a) um investimento ou negociação em unidades de um fundo ou outro esquema (além de um esquema de investimento apenas nas ações da Brambles), no qual os ativos do fundo ou de outro esquema são investidos mediante critério de um terceiro;
- (b) uma negociação por uma oferta ou convite feito a todos ou à maioria dos detentores de ações da Brambles, como uma emissão de direitos, um plano de compra de ações, o reinvestimento de dividendos e um resgate de acesso imparcial, no qual o plano que determina a regulação de tempo e a estrutura da oferta tenha sido aprovado pelo Conselho Administrativo (Esta negociação inclui decisões relacionadas com a liquidação ou não, direitos exigidos e a venda de direitos exigidos para possibilitar realizar o balanço de direitos de acordo com emissões que podem ser renunciadas);
- (c) negociações que não causam mudanças nos lucros da participação acionista (por exemplo, transferências de ações da Brambles retidas no fundo de pensões de uma Pessoa Designada ou noutra esquema de poupança no qual a Pessoa Designada é a beneficiária);
- (d) quando a Pessoa Designada é fideicomissária, negociações das ações da Brambles por este fundo fiduciário, desde que:
  - (i) a Pessoa Designada não seja beneficiária do fundo fiduciário; e
  - (ii) qualquer decisão de transação durante um Período Proibido que seja tomada por outros fideicomissários ou outros gestores de investimento, independentemente da Pessoa Designada; e
  - (ii) a Pessoa Designada não divulgou qualquer informação privilegiada aos outros fideicomissários ou gestores de investimento.
- (e) se uma Pessoa Designada desejar fazer uma promessa para aceitar ou desejar aceitar uma oferta de aquisição;
- (f) o exercício (mas não a venda das ações da Brambles depois do exercício) de uma Concessão, no qual a data final do exercício do Prémio esteja dentro do Período Proibido, a Brambles tenha tido um Período Proibido excepcionalmente longo ou tenha tido diversos Períodos Proibidos consecutivos, e não era esperado que a Pessoa Designada pudesse razoavelmente exercer o direito do Prémio no momento que podia fazê-lo; ou
- (g) uma negociação num plano de negociação não discricionário para o qual foi concedida licença prévia de acordo com o parágrafo 3.1 e quando:
  - (i) a Pessoa Designada não acedeu ao plano ou retificou o plano durante um Período Proibido; e
  - (ii) o plano de negociação não permite que a Pessoa Designada exerça qualquer influência ou critério sobre como, quando ou se negociar.

Uma Pessoa Designada não poderá cancelar o plano de transação, cancelar ou alterar os termos da sua participação no plano de transação nem de outro modo fazer com que o plano de transação seja cancelado ou alterado durante um Período Proibido a não ser em circunstâncias excepcionais, de acordo com o parágrafo 3.2.

## 2.8 Acordos de Confidencialidade com consultores externos

É impossível que, como resultado de representar ou aconselhar a Brambles, os consultores externos da Brambles possam ter acesso à informação confidencial sobre preços afetando os Valores da Brambles.

Embora estes consultores externos não estejam abrangidos por esta Política, é política da Brambles exigir que tais consultores externos assinem acordos de confidencialidade cobrindo tais informações confidenciais sobre preços.

## 3. Aprovações de Transações

### 3.1 Obtenção de Aprovação

Antes de alguma Pessoa Designada Negociar em Valores da Brambles, **deve** obter aprovação de:

- (a) o Presidente da Brambles (ou o Vice-Presidente, ou o Diretor Executivo, quando o Presidente não estiver disponível), no caso de aprovações para os Diretores, qualquer pessoa que tenha deixado de ser um Diretor Executivo, mas que continue a ser funcionário do Grupo, ou o Secretário da Empresa;
- (b) o Vice-presidente ou Diretor Executivo, no caso de aprovações para o Presidente; ou
- (c) o Secretário da Empresa, no caso de aprovações para qualquer outro funcionário. Antes de conceder a aprovação, o Secretário da Empresa buscará a aprovação do presidente ou de um outro Diretor.

Esta obrigação tem caráter permanente.

Para não haver dúvida, este processo de aprovação deve ser seguido pelas Pessoas Designadas antes de exercerem qualquer Concessão.

As Pessoas Designadas **não devem** Negociar em Valores da Brambles (incluindo exercer qualquer Concessão) até a aprovação necessária segundo o parágrafo 3.1, comprovada por escrito, inclusive por e-mail. A aprovação pode ser concedida ou recusada segundo o critério da Brambles, sem apresentar justificação. Uma recusa em aprovar um pedido para Transacionar Títulos da Brambles é definitiva e vinculativa para a Pessoa Designada que procura obter essa aprovação.

Caso seja concedida aprovação:

- (d) a Pessoa Designada poderá normalmente Transacionar no prazo de dois dias úteis após receber a aprovação. A Pessoa Designada será notificada se a situação de autorização se alterar dentro destes dois dias úteis. Terá de ser feito um novo pedido, se não forem realizadas Transações dentro dos dois dias úteis e a Pessoa Designada ainda quiser Transacionar; e
- (e) e antes de realizar a Transação, a Pessoa Designada obtiver informações suscetíveis de influenciar preços que não estejam disponíveis para o público em geral, essa pessoa não deverá realizar essa Transação, independentemente do facto de ter sido aprovada.

As Pessoas Designadas a quem foi dito que não podem Negociar não devem comunicar este facto a outros.

### 3.2 Aprovação de Transações durante os Períodos Proibidos

Se:

- (a) uma Pessoa Designada estiver em dificuldades financeiras graves, como definido no parágrafo 3.3, ou se ocorrerem circunstâncias excepcionais, como definidas no parágrafo 3.3; e
- (b) a Pessoa Designada envolvida declarar que não possui informações suscetíveis de influenciar preços que não estejam disponíveis para o público em geral,

a pessoa relevante autorizada ao abrigo do parágrafo 3.1 poderá dar aprovação, à sua discricção, para permitir que uma Pessoa Designada Negocie durante um Período Proibido, sujeito às mesmas condições de uma aprovação dada de acordo com o parágrafo 3.1.

A Pessoa Designada que procura aprovação para negociar deve convencer as pessoas relevantes autorizadas de acordo com o parágrafo 3.1 de que está em dificuldades financeiras graves ou que as circunstâncias são, de outra forma, excepcionais e que a venda ou disponibilidade proposta das ações da Brambles é a única medida razoável disponível a tomar.

Qualquer aprovação deste tipo deverá ser obtida antecipadamente. Não poderá ser dada após o evento.

### 3.3

Uma Pessoa Designada estaria em dificuldades financeiras se tivesse um compromisso financeiro urgente que não possa ser cumprido se as ações da Brambles não forem vendidas. Por exemplo, uma dívida de impostos não constitui normalmente uma dificuldade financeira grave, a menos que a pessoa não tenha qualquer outro meio de saldar a dívida.

### 3.4

Existirão circunstâncias excepcionais se:

- (a) uma Pessoa Designada for obrigada por ordem judicial, ou se existirem outras medidas judiciais (por exemplo, um acordo familiar de boa-fé) ou qualquer outro requisito legal ou regulamentar prioritário para transferir ou vender as ações da Brambles; ou
- (b) houver outras circunstâncias que o Presidente ou o CEO (com o envolvimento do Presidente) da Brambles considerar excepcionais.

## 4. Notificação sobre Transações

### 4.1

Os Diretores devem notificar o Secretário da Empresa dentro de **dois** dias úteis após alguma alteração nos seus interesses em Valores da Brambles, ou nos interesses de qualquer pessoa associada a ele, listadas no parágrafo 2.1(e) acima.

Isto permite que a Brambles notifique a ASX sobre a alteração de interesses, o que deve ter lugar até o final do mesmo dia útil no qual a notificação é recebida.

Todas as outras Pessoas Designadas devem notificar o Secretário da Empresa sobre qualquer Transação em Valores da Brambles dentro de cinco dias úteis da realização de tal Transação. Cópias dos formulários de notificação pertinentes podem ser obtidas do Secretário da Empresa.

### 4.2

Notificações de Transações relacionadas com o parágrafo 4.1 têm de ser enviadas para o Secretário da Empresa por escrito (inclusive por e-mail).

### 5. O que são informações privilegiadas?

#### 5. Proibição de operações com informação privilegiada

Em termos gerais, uma pessoa pode ser culpada de realizar operações com informação privilegiada se:

- (a) essa pessoa possui “informações privilegiadas” – ou seja, informações que não estão disponíveis para o público em geral e que, caso estivessem disponíveis, provavelmente teriam um efeito significativo sobre preço ou sobre o valor dos Títulos de uma empresa. Considera-se que as informações provavelmente teriam um efeito significativo caso as mesmas influenciem, ou fosse provável que influenciassem, uma decisão de investimento daqueles que habitualmente investem em Títulos, isto é, sejam informações “suscetíveis de influenciar preços”; e
- (b) essa pessoa:
  - (i) Negociar em Valores da empresa;
  - (ii) Encorajar ou arranjar alguma outra pessoa para Negociar em Valores da empresa;
  - (iii) direta ou indiretamente comunicar essa informação à outra pessoa quando o informante sabe, ou deveria saber, que o recetor provavelmente irá Negociar em Valores ou arranjará outra pessoa para Negociar em Valores da companhia (“Dar Informação Confidencial”).

Existem definições detalhadas relativas às condições que têm de ser satisfeitas para que a informação seja classificada como estando disponível para o público em geral. Embora as definições detalhadas sejam importantes para determinar a responsabilidade jurídica, os princípios gerais subjacentes incluem que, para que a informação esteja disponível para o público em geral, deve:

- tratar-se de matéria facilmente observável; ou
- ter sido anunciada à ASX ou de outro modo ter sido submetida à atenção dos investidores que normalmente investem nos Títulos; ou
- de outro modo se trate de deduções, conclusões ou inferências feitas a partir de informação referida nos dois pontos anteriores.

### 5.2 Penalidades

As operações com informação privilegiada são uma ofensa criminal.

As penalidades criminais por uma infração da proibição de operações com informação privilegiada incluem:

- (a) para um indivíduo – uma multa de até 765 000 \$ e uma pena de prisão de até cinco anos; e
- (b) para uma empresa – uma multa de até 7 650 000 \$.

Estas penalizações estão atualizadas à data de publicação desta política, mas poderão alterar-se com ao longo do tempo. A pessoa que opera com informação privilegiada, e quaisquer outras pessoas envolvidas na contravenção, podem também ser responsabilizadas por indemnizar terceiros por qualquer perda resultante. Para além disso, a Comissão de Valores Mobiliários Australiana (Australian Securities and Investments Commission) poderá procurar impor penalizações civis contra a pessoa que



opera com informação privilegiada e, quando relevante, poderá procurar obter uma ordem judicial para impedir a pessoa que opera com informação privilegiada de gerir uma empresa.

### 5.3 Exemplos de informação confidencial sobre preços

Para ilustrar a proibição descrita acima, seguem exemplos prováveis de informação que, se for revelada ao público, poderá ser considerada como informação confidencial sobre preços:

- (a) a Brambles contemplar uma grande aquisição ou venda de bens;
- (b) uma ameaça de grande litígio contra a Brambles;
- (c) alterações na situação financeira real ou antecipada ou no desempenho comercial da Brambles;
- (d) um desenvolvimento comercial significativo;
- (e) a provável concessão, ou perda, de um importante contrato ou aprovação do governo;
- (f) um dividendo proposto ou alteração na política de dividendos;
- (g) uma nova emissão de ações proposta;
- (h) uma alteração significativa no Conselho de Administração ou outros quadros superiores;
- (i) uma investigação ou auditoria regulamentar; ou
- (j) uma violação de fundo da lei.

### 5.4 Transações através de terceiros

Uma pessoa também pode ser culpada de operações com informação privilegiada em relação aos Valores da Brambles, mesmo que não seja ela própria que Negocia em Valores. A proibição abrange:

- (a) Transações através de representantes, agentes ou outros associados, tais como membros da família, consórcios de família e empresas de família; e
- (b) Uso de terceiros para Negociar em Valores da Brambles, o que inclui induzir ou encorajar estes terceiros a Negociar.

### 5.5 Informação independentemente de onde foi obtida

Não importa como ou de onde a pessoa obteve a informação – não necessita de ser obtida da Brambles para constituir informação privilegiada.

### 5.6 Programas de participação dos funcionários

A proibição de operações com informação privilegiada não se aplica a:

- (a) aplicações para; e
- (b) aquisições sob a proteção destas aplicações de,

valores da Brambles por funcionários da Brambles ou de qualquer das suas entidades jurídicas associadas feitas de acordo com a participação e planos de opções dos funcionários.

Isto significa que a proibição de operações com informação privilegiada **não** será aplicada à aquisição de Valores da Brambles por qualquer funcionário sob a proteção de qualquer dos planos de participação e opções dos funcionários, inclusive a permissão ou exercício de Concessões. Contudo, a proibição de operações com informação privilegiada **será** aplicada na Austrália a qualquer venda

posterior por estes funcionários de ações da Brambles adquiridas sob a proteção destes planos de participação e opções dos funcionários.

Quer a proibição de operações com informação privilegiada se apliquem ou não, é necessária, de acordo com esta Política, a aprovação para qualquer exercício pelas Pessoas Designadas das Concessões sobre quaisquer Valores da Brambles: ver secção 3.

### 6. Transações de Títulos de Outras Empresas

As Pessoas designadas não deverão Transacionar títulos de qualquer outra empresa ou entidade quando estiverem na posse de informações suscetíveis de influenciar preços sobre essa entidade que não estejam disponíveis para o público em geral. Esta proibição aplica-se tanto às informações sobre a outra empresa ou entidade que sejam obtidas pela Pessoa Designada em função do seu cargo na Brambles (por exemplo, quando a Brambles está a negociar um contrato ou transação importante com a outra entidade ou empresa) como às informações obtidas de outra forma (por exemplo, através de uma rede de contactos pessoal).

### 7. Interpretação

**ASX** significa a Bolsa de Valores Australiana (Australian Securities Exchange).

**Concessões** significa opções, concessões de ações por desempenho e direitos a ações por desempenho concedidos de acordo com qualquer plano de opção ou ações de funcionários da Brambles que ocorre ocasionalmente.

**Conselho Administrativo** quer dizer o Conselho Administrativo da Brambles.

**Brambles** quer dizer a Brambles Limited.

**Período Fechado** significa o período que se inicia no sétimo dia antes do final do período de relato financeiro relevante e que termina no primeiro dia após o anúncio preliminar dos resultados semestrais ou anuais (ou seja, de 24 de dezembro até ao dia após o anúncio dos resultados semestrais, em meados de fevereiro, e de 23 de junho até ao dia após o anúncio dos resultados anuais, em meados de agosto).

**Transação ou Transacionar** significa, no que respeita a Títulos:

- (a) realizar uma ordem, adquirir ou alienar os Títulos relevantes (quer na qualidade de principal ou de agente);
- (b) fazer com que outra pessoa realize uma ordem, adquira ou aliene os Títulos relevantes ou celebre um contrato para fazê-lo; ou
- (c) comunicar direta ou indiretamente, ou fazer com que sejam comunicadas, informações suscetíveis de influenciar preços a qualquer pessoa, caso se saiba, ou razoavelmente se deva saber, que a pessoa utilizará, ou seja provável que utilize, as informações para realizar as atividades especificadas nos parágrafos (a) ou (b)

**Derivativos** quer dizer produtos financeiros que fornecem um retorno financeiro baseado nos movimentos dos preços dos Valores Mobiliários, incluindo opções negociáveis ou opções concedidas por terceiros, e incluem produtos financeiros (incluindo trocas de ações, títulos e outros arranjos privilegiados) que têm o efeito de limitar a exposição aos riscos associados a tais movimentos de preços.

**Pessoas Designadas** tem o significado dado no parágrafo 2.1.

**Diretores** quer dizer os membros do Conselho Administrativo.

**Diretor Executivo** refere-se a qualquer Diretor com funções executivas no órgão de gestão ou administração da Brambles.

**Grupo** refere-se à Brambles e aos respetivos órgãos empresariais.

**Período Proibido** significa:

- (a) qualquer Período Fechado; ou
- (b) períodos adicionais nos quais as Pessoas Designadas estão proibidas de transacionar e que são impostos pela Brambles ocasionalmente quando possam existir informações suscetíveis de influenciar preços e confidenciais em relação a uma questão que não esteja disponível para o público em geral.

**Valores** quer dizer:

- (a) ações;
- (b) obrigações ou títulos de dívida;
- (c) unidades de tais ações;
- (d) recibos de depósito;
- (e) Concessões; e
- (f) Derivativos.

**Interesse de Valores** quer dizer uma garantia, penhor, encargo, hipoteca ou outras sobrecargas.